

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Direcção-Geral da Administração da Justiça****Direcção de Serviços de Recursos Humanos****Despacho (extracto) n.º 12689/2008**

Por despacho do Subdirector-Geral de 09-04-08, por delegação de competências da Directora-Geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 159, de 20-08-2007):

Cumpridas as disposições legais constantes do artigo. 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro (Lei da mobilidade), designadamente através de procedimento de selecção para reinício de funções por tempo indeterminado, P20080993, não tendo sido apresentada qualquer candidatura, nomeio a licenciada Dora Maria da Luz Calão Luciano Paulo, assistente administrativa principal do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, no âmbito de processo de reclassificação, nos termos dos artigos 6.º, 7.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, para a carreira técnica superior, categoria de técnica superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, do mesmo quadro de pessoal. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

9 de Abril de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.

Despacho (extracto) n.º 12690/2008

Por meu despacho, de 22 de Abril 2008, por subdelegação, foi convertida em definitiva, nos termos artigo 44.º n.º 1, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, a seguinte nomeação interina efectuada ao abrigo do artigo 43.º do mesmo dispositivo legal:

José Luís Jorge Paiva, Escrivão-Adjunto sem lugar de origem, exercendo interinamente funções de Escrivão de Direito, na 1.ª Secção, do 1.º Juízo Cível de Lisboa.

23 de Abril de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Direcção-Geral da Política de Justiça**Despacho (extracto) n.º 12691/2008**

Licenciada Fernanda da Conceição Matias Vidal Lopes e Mestre Mónica Maria Calado de Albuquerque Gomes — nomeadas, precedendo concurso, após confirmação de declaração de cabimento orçamental pela 1.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, Técnico Superior Principal, área funcional de representação internacional, análise e estudo internacionais, acompanhamento de produção legislativa e contencioso, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

21 de Abril de 2008. — A Directora-Geral, *Rita Brito*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária**Despacho (extracto) n.º 12692/2008**

Por despacho de 2008.04.17 do Director Nacional da Polícia Judiciária:

Dado sem efeito na íntegra o despacho de 2008.01.22, da mesma autoria, que autorizava o regresso de licença sem vencimento de longa duração ao inspector José Paulo do Nascimento Dias, publicado pelo despacho(extracto) n.º 5832/2008 (2.ª Série) – DR n.º 44, de 2008.03.03.

24 de Abril de 2008. — Pelo Director do Departamento, *António Barbosa*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.**Despacho n.º 12693/2008**

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, os titulares dos cargos de direcção intermédia são recrutados, por procedimento concursal, de entre funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo.

Em cumprimento do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 21.º do mesmo diploma legal, foi publicitado no *Diário da República*, em órgão de imprensa de expansão nacional e na bolsa de emprego público, o procedimento de selecção de titular para o cargo de Coordenador do Sector de Administração de Recursos Humanos do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., cujas competências se encontram definidas no n.º 3 do artigo 3.º do Despacho n.º 15 637/2007, de 22 de Junho.

Considerando que a licenciada Margarida Maria Boto Correia Semedo, reúne os requisitos para o exercício de cargos dirigentes e possui, pelas aptidões pessoais demonstradas, pela formação e experiência profissional de que é detentora, o perfil pretendido para o exercício do cargo de Coordenador do Sector de Administração de Recursos Humanos do Instituto dos Registos e do Notariado, conforme se evidencia da súpula curricular publicada em anexo:

Nomeio, nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na versão dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Margarida Maria Boto Correia Semedo, no cargo de Coordenadora do Sector de Administração de Recursos Humanos do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.

A nomeação produz efeitos a partir da data do presente despacho.

22 de Abril de 2008. — O Presidente, *António Figueiredo*.

Súpula curricular**1 — Identificação**

Nome — Margarida Maria Boto Correia Semedo
Data de nascimento — 27 de Abril de 1962
Naturalidade — Freguesia de Alvalade, Concelho de Lisboa

2 — Formação académica

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluída em 1986.

3 — Formação complementar

Participação em diversas acções de formação, designadamente, nas áreas do regime jurídico-laboral, contencioso administrativo, gestão de recursos humanos, sistemas de informação, avaliação do desempenho e Seminário de Alta Direcção.

4 — Experiência Profissional

Actualmente, exerce funções como Coordenadora do Sector de Administração de Recursos Humanos do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., em regime de substituição, desde Junho de 2007.

Exerceu anteriormente as seguintes funções:

Em 2007, é nomeada, na sequência da reestruturação orgânica, Directora de Departamento de Recursos Humanos do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., em substituição;

De 2005 a 2007, Directora de Serviços de Recursos Humanos da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, em regime de substituição;

De 2002 a 2005, Chefe da Divisão de Administração de Recursos Humanos da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado;

De 1996 a 2002, Técnica Superior na Direcção de Serviços de Recursos Humanos da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado;

De 1993 a 1996, Técnica Superior no Departamento de Apoio Técnico da Direcção dos Serviços de Justiça de Macau;

De 1986 a 1993, início da actividade como Técnica Superior da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, exercendo funções de apoio jurídico e contencioso nas áreas de recursos humanos.

5 — Outras actividades

Interlocutora da DGRN na implementação do II Plano para a Igualdade, participação em grupos de trabalho e colaboração na feitura de projectos e elaboração de propostas legislativas no âmbito dos Registos e do Notariado, membro do Conselho Coordenador da Avaliação.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades****Despacho n.º 12694/2008**

Com vista à execução da obra de construção do “Interceptor de Guiões, integrado na Frente de Drenagem de Agra (FD9)”, inserida no